

Execução penal é tema de curso para magistrados

Desembargador Herbet Carneiro falou sobre o sistema penitenciário brasileiro

“A realidade do sistema penitenciário não pode conduzir ao pessimismo quanto ao futuro do cárcere. Ao contrário, devemos nos dedicar à extraordinária tarefa de converter instituições totais em instituições sociais, oferecendo melhores condições aos presos e salvaguardando seus direitos como seres humanos e cidadãos”. Essas palavras foram ditas pelo presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), desembargador Herbet Carneiro, na quinta-feira, (12) durante palestra magna que inaugurou o 2º Curso de Aspectos da Execução das Penas Privativas de Liberdade, Restritivas de Direitos e Medidas de Segurança. O curso, direcionado para magistrados, foi realizado de 12 a 14, pelo Programa Novos Rumos, do Tribunal de Justiça (TJMG), em parceria com a Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef).

Defensor das penas alternativas, o desembargador Herbet Carneiro é presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) e vice-presidente da Comissão Nacional de Penas e Medidas Alternativas, ambos do Ministério da Justiça. O magistrado iniciou sua exposição

saudando o desembargador Joaquim Alves de Andrade e o juiz Luiz Carlos Rezende e Santos pelo trabalho desenvolvido à frente do Programa Novos Rumos do TJMG, principalmente com as Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (Apacs).

Falta interatividade entre os poderes públicos da União, dos estados e dos municípios

REALIDADE - Em sua palestra, Herbet Carneiro abordou a realidade do sistema penitenciário brasileiro. De acordo com o magistrado, a superlotação dos presídios; a falta de estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado; a falta de escolas penitenciárias e a ociosidade do preso estão entre os problemas mais graves. Ele citou também a carência de políticas públi-

cas efetivas sobre penas alternativas e a fraca participação da sociedade na execução penal. Para ele, essa participação, que se dá por meio dos conselhos da comunidade e das pastorais carcerárias, é muito importante.

Herbet Carneiro ressaltou a falta de planejamento estratégico e de gestão de qualidade no sistema penitenciário do País. Segundo ele, no que diz respeito à execução penal, “falta interatividade entre os poderes públicos da União, dos estados e dos municípios”. O magistrado fez questão de lembrar ainda a falta de assistência médica e jurídica ao preso e a mentalidade encarceradora do brasileiro, o que ocasiona excesso de prisões. Ele explicou que o processo legislativo no País é rápido quando se trata do aumento das punições e muito lento para a humanização das penas.

SOLUÇÕES - O desembargador falou sobre o trabalho desenvolvido pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e sobre a importância das resoluções elaboradas pela entidade. Também listou as conclusões e as propostas do conselho visando à melhoria do sistema